



GESTÃO DE RISCOS NA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL
DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



MAPA ESTRATÉGICO

Confiabilidade e a sustentabilidade das políticas públicas

Defesa jurídica da democracia

Viabilidade jurídica da transição ecológica

Impactos para o Estado e a Sociedade

Valores

- Aprendizado contínuo
- Comprometimento
- Integridade
- Cooperação
- Inovação
- Diversidade e Inclusão

Propósito

Nós trabalhamos para viabilizar políticas públicas por um Brasil democrático, inclusivo e sustentável

Visão

Ser vanguarda na inteligência jurídica para a solução de conflitos e problemas públicos em benefício da sociedade

Excelência dos Serviços Jurídicos



Garantir a segurança jurídica dos atos e políticas públicas do Estado brasileiro, com foco na prevenção e na resolutividade de conflitos

Aumentar a proteção do patrimônio e a recuperação de recursos públicos

Processos de trabalho



Fortalecer o relacionamento e a comunicação com órgãos assessorados, Poder Judiciário, cidadãos e outros atores públicos e privados

Ampliar a capacidade de governança e gestão de riscos

Aprendizagem e crescimento sustentável



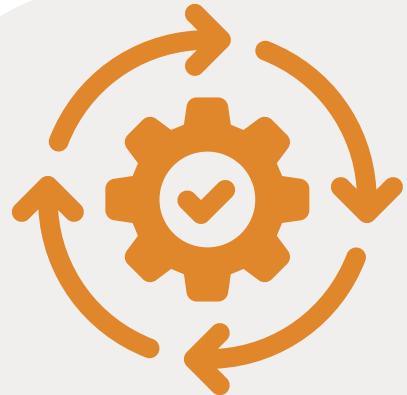
Construir um ambiente feliz para trabalhar

Promover a transformação digital inclusiva

Incorporar práticas sustentáveis na gestão de recursos



PLANO DE GESTÃO ANUAL - PGA



Principal ferramenta de execução da estratégia da AGU.



Organiza as metas, entregas e projetos prioritários a cada ano, através da definição de OKR's.



Monitora trimestralmente o avanço das iniciativas.

PLANO DE GESTÃO ANUAL - PGA



Metodologia de **OKR's** para buscar a implementação concreta e controle de cada projeto

Objetivo - Real, inspirador e de fácil compreensão. É o seu "destino".

Resultados-Chave - Definidos para cada objetivo. São marcos que mostram o progresso em direção ao seu objetivo. Quantitativos, específicos e desafiadores.

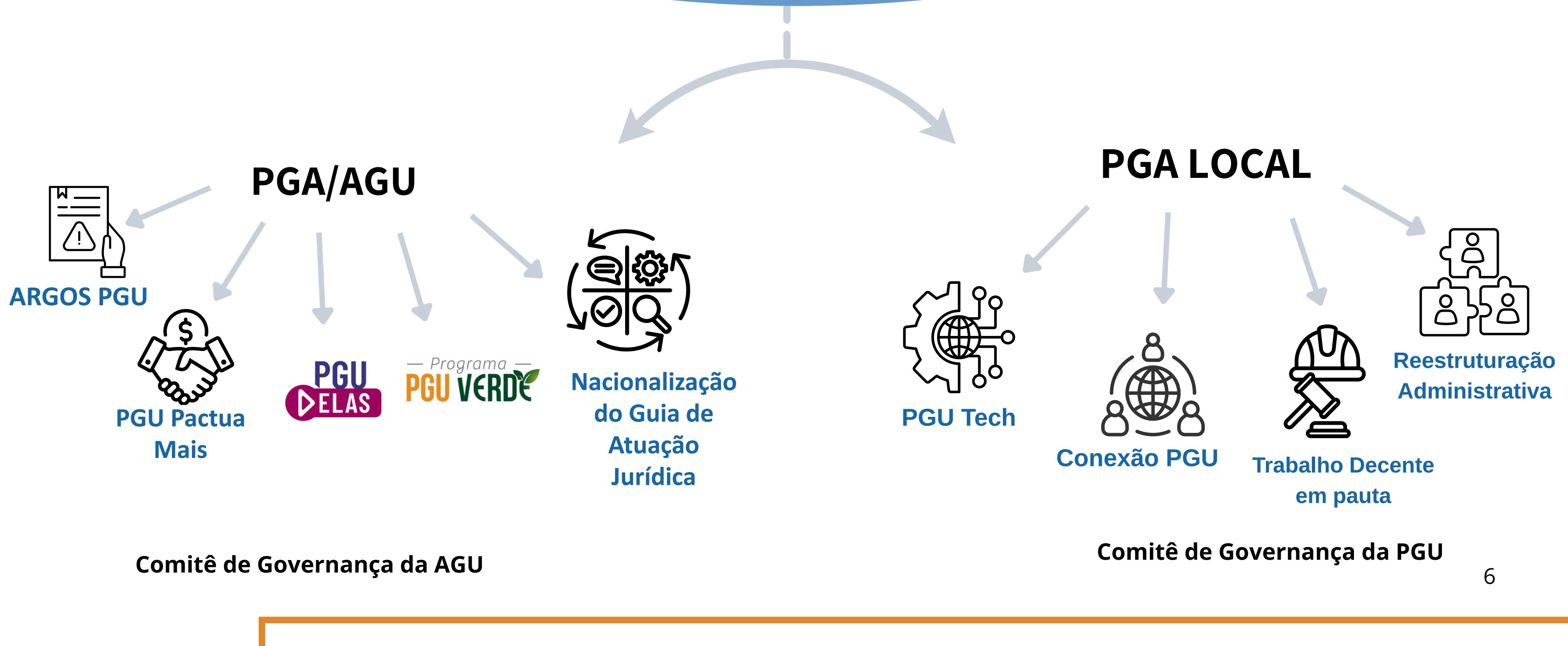
Princípios Fundamentais

Transparência - Visíveis para todos na organização

Ambição - Ambiciosos e desafiadores

Alinhamento - OKRs de equipes e indivíduos devem estar alinhados com os OKRs de níveis superiores

PLANO DE GESTÃO ANUAL PGA



ARGOS PGU Programa de Análise e Gestão de Riscos da PGU



- COMISSÃO DE MONITORAMENTO DE RISCOS JUDICIAIS - PGU
- COORDENACÃO NACIONAL DE ANÁLISES ESTRATÉGICAS E GESTÃO DE RISCOS JUDICIAIS
- PROJETO CÁLCULO INTELIGENTE
- PROJETO SUCESSO CALCULADO
- EDITAR PORTARIA PARA REGULAMENTAR FLUXO DE PROCESOS RELEVANTES E CLASSIFICAÇÃO

PGU PACTUA MAIS

Estimular acordos e transações extrajudiciais como política estratégica de desjudicialização e regulamentar nova política de acordos

Criar critérios objetivos de classificação de crédito com foco em recuperabilidade (rating) para parametrização dos acordos e das transações com créditos da União

Desenvolver modelo de incentivos por desempenho com foco em acordos bem-sucedidos (por matéria, origem do crédito ou classificação do devedor).

Regulamentar nova política de acordos, com nova tabela de deságios

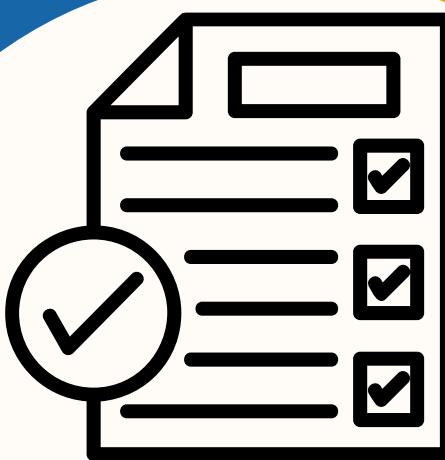
Formular procedimento simplificado para pequeno valor, com base na Lei nº 13.988/2020.

Formular regramento para índices de atualização e juros



Nacionalização do Guia de Atuação Jurídica

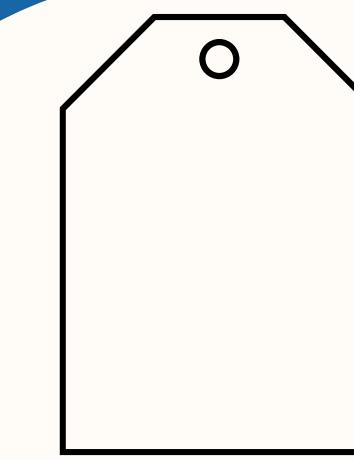
Ferramenta de gestão temática do conhecimento que estrutura e reúne o conhecimento jurídico das Coordenações Temáticas, detalhando a execução de atividades jurídicas por seus membros. As informações são organizadas em um fluxo de trabalho progressivo, centralizado em modelos de peças processuais (IDs) e orientações específicas para cada tema, subtema e fase processual, sendo categorizado por meio de etiquetas nacionais, que classificam os processos em temas, subtemas jurídicos e outras classificações auxiliares.



Projeto de
Uniformização de
atividades



Projeto de
Nacionalização de
modelos



Projeto de criação de
Etiquetas Nacionais



GESTÃO DE RISCOS

“Antecipar para não remediar”

- Ações relevantes exigem tratamento estratégico para aprimorar a gestão de riscos judiciais.
- Acompanhamento especializado permite priorização de recursos e eficiência na atuação jurídica.
- Portaria AGU 159/2024 - Estabelece critérios e procedimentos para acompanhamento.
- Classificação em Relevância Tipo A, B e C, conforme impacto (financeiro, jurídico, político etc.).
- Advogados possuem o dever de identificar e propor a caracterização de processos com relevância.
- Objetivo: fortalecer a atuação da AGU em casos estratégicos, com foco em eficiência e prevenção de riscos.

GESTÃO DE RISCOS

- Identifica temas com alto impacto institucional
 - Permite atuação proativa e preventiva
 - Reduz perdas financeiras e político-institucionais
 - Apoia a tomada de decisão baseada em evidências
-
- Demandas de menor valor, como aquelas propostas no âmbito dos Juizados Especiais Federais, também podem gerar efeitos multiplicadores de grande impacto. Ex: Julgamento - [Tema 363](#) na Turma Nacional de Uniformização (TNU)
 - O critério de risco não deve ser confundido com o de valor isolado, mas com o potencial de replicação, repercussão ou criação de precedente.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Justiça veda recebimento cumulativo de adicionais por militares

Atuação da Advocacia-Geral da União evitará potenciais gastos de R\$ 3 bilhões com Forças Armadas

Publicado em 17/04/2025 14h10

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [D](#) [S](#)

Militares não podem acumular o recebimento simultâneo do adicional de tempo de serviço (ATS) e do adicional de compensação por disponibilidade militar (ACDM). Esse foi o entendimento unânime da Turma Nacional de Uniformização (TNU) do Conselho da Justiça Federal (CJF), que acolheu os argumentos apresentados pela Advocacia-Geral da União (AGU) no julgamento do Tema Representativo de Controvérsia nº 363, sobre a possibilidade de percepção cumulativa dos dois adicionais.

A tese fixada deve ser observada pelos Juizados Especiais Federais e respectivas Turmas Recursais de todo o país. Com o resultado, a AGU conseguiu evitar um potencial impacto financeiro de R\$ 3 bilhões por ano para a União com custos remuneratórios das Forças Armadas, caso a acumulação viesse a ser reconhecida como legal para efetivos militares da Marinha, Exército e Aeronáutica.



REGULAMENTAÇÃO DA PORTARIA AGU NO 159/2024

Estruturação da atuação estratégica nos processos relevantes

Objetivo - Art. 1º

Conferir concretude às diretrizes nacionais de gestão de processos judiciais relevantes, garantindo que esses casos recebam tratamento institucional estratégico, coordenado e qualificado.

Fluxo - art 7º, § 2º

Normativo em construção, detalha o fluxo de encaminhamentos internos, os critérios de relevância e os deveres processuais mínimos dos advogados da União, promovendo segurança jurídica, previsibilidade e eficiência na tomada de decisão institucional.

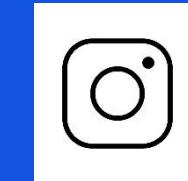
Cultura de gestão do risco

Ao estabelecer fluxos, responsabilidades e instrumentos concretos, a PGU ganha agilidade, consistência e inteligência institucional para lidar com litígios que envolvem riscos relevantes. Trata-se de um passo essencial para a construção da **cultura de gestão de risco**.

A Portaria, aliada ao fluxo desenhado, fortalece a governança institucional da PGU sobre os processos com maior impacto e reforça a articulação entre risco e tomada de decisão qualificada.



Obrigada



@clarice.calixto.prof



clarice-calixto